

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público



Aplicação: 22/1/2006

Cargo 33:
Consultor Técnico Legislativo

TARDE

Categoria: Técnico em Comunicação Social/Jornalista

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 14/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnBCESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

• As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDFT = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 7.

1 Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. (...)

2 Pesquei-a agora mesmo na costa da Câmara Municipal.
3 Gosto daqueles mares, às vezes tempestuosos, às vezes banzeiros,
4 mas sempre fecundos. Dizem que há um plano de fazer desaguar ali
5 os rios Maranhão e Caiapó, contra todas as induções de geografia, e
6 a despeito das leis da hidráulica. Contanto que me não tirem as
7 pérolas.

8 Vamos à que acabo de colher. Todos os anos, em se
9 aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o
10 proíbe, citando a postura e apontando as penas. Até aqui a ostra;
11 agora a pérola. Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro,
12 que a postura está em seu inteiro vigor; segundo, que deve ser
13 cumprida *literalmente*. Sim, meu senhor, *literalmente*; deve ser
14 cumprida *literalmente*.

15 (...)
16 Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que
17 agora é sério. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os
18 ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água
19 é um delito, encrespo as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro,
20 e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é sério. Hão de
21 cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso.

22 Entretanto, a coisa é menos fácil do que parece. A postura
23 impõe multa aos que jogam entrudo, e, não podendo o infrator pagar
24 a multa, sofrerá “dois a oito dias de prisão”; sendo escravo, porém,
25 sofrerá “dois a oito dias de cadeia”. Como encaminhar literalmente
26 esses dois infratores, um para a prisão, outro para a cadeia? Se não
27 fosse a condição da literalidade, eu, no caso dos urbanos, mandava-os
28 ambos para o xilindró, que é um meio-termo; mas devendo ser literal,
29 não saberia que fazer.

30 (...)
31 Mas o que o leitor não suspeita é que não lhe dou esta
32 pérola, e assim castigo a incredulidade com que me recebeu. Vou
33 restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de
34 entrudo, para assistir ao baile dos limões-de-cheiro, que promete ser
35 esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

36 Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes?
37 Terá de recorrer a outros advérbios, *ferrenhamente*, *implacavelmente*,
38 *terrivelmente*, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga
39 minha, ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como
40 aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; — ou se trata de
41 eleições, e então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é
42 melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo.

43 E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer
44 entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é
45 constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo,
46 a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água,
47 amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do
48 Ouvidor. Premissa traz conseqüência; liberdade morta, liberdade
49 moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto
50 umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de
51 outra. Vá lá em vinte palavras o que estava em duas.

Machado de Assis. *Crônicas — Balas de estalo*. In: *Obra Completa* – volume III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 438-9.

Em relação às idéias e estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

1 Pelos sentidos do texto, a expressão “matrona municipal” (l.33) indica tratamento cerimonioso e respeitoso em relação à instituição a que se refere.

2 Em “defendê-lo” (l.45), o pronome “-lo” refere-se a “povo” (l.43).

3 Em “liberdade morta, liberdade moribunda” (l.48-49), a vírgula pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para a informação do período, pela expressão **significa, imediatamente a seguir, outra**.

4 No segundo parágrafo, a cadeia metafórica composta em relação a “costa”, “mares” e “pérolas” tem o efeito de sentido de ironia no que se refere ao funcionamento da Câmara Municipal.

5 No parágrafo às linhas de 16 a 21, por meio de recurso de personificação, o autor dá voz à Câmara Municipal.

6 A oração iniciada por “não podendo” (l.23) tem valor concessivo.

7 O autor do texto discute a idéia de que a interpretação literal da norma exigiria que os termos “prisão” e “cadeia” fossem compreendidos com significados diferentes, o que poderia provocar dúvidas na imposição de pena aos infratores.

1 O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e
discriminações, especialmente contra as comunidades
indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que
4 não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou
uma obra de resistência e construção nacional admirável.
Construiu, ao longo do século, uma nação plural,
7 diversificada, contraditória até, mas que se estende de uma
ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos
orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba
10 do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco
mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.
Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São
13 Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e
da região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma
língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente-se
16 brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram,
dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e
19 árabes conversam sem medo, onde, toda migração é bem-
vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa
própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada
22 migrante se transforma em mais um brasileiro.

Luis Inácio Lula da Silva. *Discurso de Posse.*

Com referência aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto
acima, julgue os itens seguintes.

- 8 Antes de “Onde a mestiçagem” (ℓ.17), subentende-se a
repetição da expressão “Esta é uma nação”, que inicia o
período antecedente.
- 9 Os sinais de ponto-e-vírgula às linhas de 9 a 11 podem, sem
prejuízo para a correção gramatical do período, ser
substituídos por vírgulas.
- 10 Estaria gramaticalmente correta, à linha 14, a redação **região
Centro-Oeste, esta é uma nação...**
- 11 A expressão “é grande” (ℓ.1) restringe-se à extensão territorial
do Brasil.
- 12 A inserção de **Essa nação vai dos** no lugar de “Dos”, antes de
“encantados da Amazônia” (ℓ.8), prejudica a correção
gramatical do período e altera o significado original da
informação.

1 O Estado democrático estabelece o direito, a fim
de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos
outros. O Brasil livrou-se da tutela do arbítrio e não aceita
4 a tutela da coação, nem o intimidam facções ou grupos.

A liberdade implica o compromisso de fortalecer
o poder político contra a insegurança de abalos
7 institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem
discriminação. Tolerância não significa concordância.(...)

A liberdade não se esgota na vontade institucional.
10 Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a
liberdade que não permita a morte pela fome, pelas
doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de
13 trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de
vida feliz.

Mas o exercício da liberdade tem de ser integral.
16 Indissociáveis são as liberdades política, econômica e
social. Todos sabem que, onde morreu a liberdade
econômica ou existe a servidão social, a liberdade política
19 não existe. Querer a liberdade política sem garantir o poder
criador competitivo da iniciativa privada é não conhecer
a realidade da História. Querer liberdade econômica,
22 convivendo com a injustiça social e com a miséria, é admitir
uma sociedade de privilégios que termina na violência e no
silêncio das ideologias.

José Sarney. *Discurso de Posse.*

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 13 As vírgulas logo após “que” (ℓ.17) e “social” (ℓ.18)
justificam-se por isolar oração subordinada adjetiva
restritiva deslocada de sua posição na ordem direta.
- 14 A substituição de “convivendo” (ℓ.22) por **já que se
convive** mantém a correção gramatical e o sentido original
do período.
- 15 A linguagem do primeiro parágrafo do texto é inadequada
para a redação de correspondências oficiais em razão de
sua subjetividade.
- 16 A expressão “a fim de que” (ℓ.1-2) pode, sem prejuízo para
a correção gramatical e para o sentido original do período,
ser substituída por qualquer uma das seguintes: **para que,
com o objetivo de que, conquanto que.**
- 17 Em “nem o intimidam” (ℓ.4), “o” é pronome que se refere
ao antecedente “arbítrio” (ℓ.3).
- 18 Em “implica o compromisso” (ℓ.5), a substituição de “o”
por **com** mantém a correção gramatical e a informação
original do período.
- 19 Imediatamente antes da palavra “Tolerância” (ℓ.8), pela
relação que a oração estabelece com o período anterior,
caberia o emprego da conjunção **Entretanto**, seguida de
vírgula e letra minúscula.
- 20 O trecho “ser integral. Indissociáveis são as liberdades”
(ℓ.15-16) admite, sem prejuízo para a correção gramatical
do texto, a seguinte reescrita: ser integral, uma vez que são
indissociáveis as liberdades.

Acerca da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do DF, julgue os seguintes itens.

- 21 O procedimento legislativo, disciplinado pelo Regimento Interno da CLDF, pode ser ordinário, sumário ou especial.
- 22 No âmbito do Poder Legislativo do DF, denomina-se lei complementar aquela que disciplina matéria que a LODF determina como seu objeto, e resolução, a lei que disciplina, com efeito externo, matéria de competência privativa da CLDF.
- 23 A iniciativa comum pode ser exercida pelo governador do DF, por qualquer membro ou órgão da CLDF e pelos cidadãos.
- 24 Procedimento legislativo é o conjunto de atos pré-ordenados que objetivam a formação das leis mediante a colaboração entre os poderes do DF.

No que se refere ao Regimento Interno da CLDF, julgue os próximos itens.

- 25 Cabe à Mesa Diretora organizar a relação dos deputados distritais, que deverá ser concluída após a sessão de posse.
- 26 A criação das regiões administrativas do DF ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria simples dos deputados distritais, e sua extinção dar-se-á mediante maioria absoluta.
- 27 Os conselhos de representantes comunitários funcionam junto às administrações regionais como órgãos deliberativos, consultivos e fiscalizadores dos atos de gestão dos administradores.
- 28 A denominação Câmara Legislativa decorre da fusão dos nomes atribuídos às casas legislativas dos municípios e dos estados-membros da Federação, respectivamente.
- 29 As sessões legislativas ordinárias têm a duração de nove meses e meio e são divididas em dois períodos, sendo o primeiro iniciado em 1.º de fevereiro e o segundo, em 1.º de agosto.
- 30 Na sessão legislativa extraordinária, a CLDF somente deliberará sobre a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

Quanto à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

- 31 Os direitos e garantias fundamentais integram a proteção constitucional mais importante dirigida aos indivíduos, aos grupos e, em certos casos, até às pessoas jurídicas; apesar disso, esses direitos não têm caráter absoluto, portanto podem sofrer limitações.
- 32 O Brasil adota uma Constituição de tipo rígido e formal, de maneira que as únicas normas de nível constitucional, no país, são a própria Constituição e as emendas constitucionais regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.

Julgue os itens a seguir, acerca da organização do Estado e do Poder Legislativo.

- 33 Uma das mais importantes formas de atuação do Poder Legislativo consiste nas comissões parlamentares de inquérito que se destinam a investigar possíveis atos ilícitos, os quais devem ser determinados para se permitir a instauração válida da comissão. Essas comissões devem funcionar por prazo certo e têm poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciárias, muito embora determinadas medidas somente possam ser decretadas pelo Poder Judiciário, como é o caso da prisão preventiva.
- 34 Em relação ao DF, é correto afirmar que, embora ele possua as competências reservadas aos estados-membros, não pode ser dividido em municípios; ele é regido por lei orgânica votada em dois turnos por sua Câmara Legislativa, com intervalo mínimo de dez dias entre as votações.

Em relação à tributação e às finanças públicas, julgue os itens seguintes.

- 35 No que tange à repartição das competências tributárias, a competência para instituir taxa será da pessoa jurídica de direito público que preste serviço de qualquer natureza ao qual a taxa esteja associada, ou que exerça poder de polícia do qual a taxa decorra.
- 36 Em virtude do princípio constitucional da legalidade, apenas a lei em sentido formal, isto é, aquela aprovada pelo Poder Legislativo após o devido processo, pode criar ou majorar tributos; em consequência, o Poder Executivo não pode fazê-lo por meio de medida provisória.
- 37 É privativa da União a competência para emitir moeda, a qual é exercida pela Casa da Moeda do Brasil.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da LODF e da organização do DF.

- 38 De acordo com a LODF, um dos objetivos prioritários do DF consiste em preservar o conjunto urbanístico de Brasília, de suas cidades-satélites e do chamado Entorno do DF, de maneira a se preservar sua identidade, adequando-se as exigências do desenvolvimento à defesa de sua memória, de sua tradição e de suas peculiaridades.
- 39 Se, em determinado ano, um anteprojeto de lei for rejeitado pela CLDF, a matéria dele constante poderá ser reapresentada a esse órgão na mesma sessão legislativa, desde que a maioria absoluta dos membros da casa assim proponha; por outro lado, se o veto do Poder Executivo a um projeto de lei for derrubado pela CLDF, o projeto poderá vir a ser promulgado pelo próprio presidente da Câmara, caso o governador não o faça dentro de certo prazo.
- 40 Um indivíduo não-nascido no Brasil não pode ser eleito governador do DF, à luz das disposições da LODF.

No atinente aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 41 Uma das modalidades mais relevantes de controle da administração pública é o realizado por ela própria, o qual decorre do poder de autotutela dos entes e órgãos públicos; esse controle interno fundamenta-se no princípio da legalidade e pode ser tanto realizado de ofício quanto mediante provocação do interessado; pode, ainda, ser preventivo, concomitante ou posterior.
- 42 Devido à presunção de validade dos atos da administração pública e à formalidade a eles inerente, os contratos administrativos concernentes a direitos reais sobre imóveis não precisam ser lavrados em serviço notarial.
- 43 A atuação de particulares em colaboração com o poder público pode ocorrer até independentemente de remuneração, bem como em situações nas quais a remuneração não é paga pelo ente público, mas por pessoas jurídicas de direito privado.
- 44 Para, pelo menos, parte da doutrina especializada, não obstante o dever de legalidade da administração pública, esta pode, em casos excepcionais e observadas certas condições, deixar de declarar a invalidade de um ato administrativo, quando constatar e justificar cabalmente que a anulação causará mais mal que a manutenção do ato.

Julgue os itens a seguir, no que tange aos poderes e princípios básicos da administração e aos serviços públicos.

- 45 O poder regulamentar é a única maneira pela qual se exerce a função normativa do Poder Executivo.
- 46 Por força do princípio do devido processo legal, a administração deve sempre comunicar ao interessado qualquer decisão que lhe afete a propriedade ou a liberdade; essa comunicação deve ser feita, em regra, previamente à prática do ato, mas poderá ser posterior, em situações excepcionais.
- 47 De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da adaptabilidade implica a atualização e a modernização dos serviços públicos, ainda que isso ocorra apenas em função das possibilidades materiais do poder público.

Referentemente à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões, julgue os itens seguintes.

- 48 As sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividade econômica não estão obrigadas a licitar.
- 49 Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, a responsabilidade do servidor do DF pelo cometimento de ilícito pode ser, de modo cumulativo, de natureza cível, penal e administrativa, e de modo relativamente independente; no caso de o agente público cometer ato sujeito à pena de demissão, esta pode ser aplicada ainda que o servidor não tenha sofrido sanção anterior.
- 50 Uma das características essenciais das concessões e permissões de serviços públicos consiste em que a remuneração do prestador do serviço se faz, necessariamente, mediante a cobrança de tarifa dos usuários, de maneira a não onerar o Estado pela prestação da atividade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ao longo dos anos, a imprensa desenvolveu vários estilos e formas de redação para melhor estabelecer o processo de comunicação. Muitas foram as considerações acerca das principais características de fatos que são considerados notícia e de como esta deve ser redigida. A respeito desse assunto, julgue os itens abaixo.

- 51 Ao realizar uma entrevista com um parlamentar, o jornalista deve ter como objetivo levar ao conhecimento do leitor as idéias, as opiniões e os pensamentos do entrevistado, devendo evitar, portanto, a abordagem de temas polêmicos, para não provocar embaraços desnecessários.
- 52 Indispensável no jornalismo contemporâneo, a pauta é o primeiro roteiro para a produção de textos jornalísticos. Nela devem estar elencados os vários enfoques do tema, novos ângulos de abordagem e novas tendências.
- 53 A diferença entre um editorial e um artigo assinado que discorra sobre os impactos da implantação de projeto de lei votado e aprovado na CLDF é que, no primeiro, deve ser analisada a questão a partir de suas várias possibilidades, sem que se emita opinião clara, pois ele representa o pensamento do próprio jornal e não pode ser tendencioso, já no segundo, a matéria é de inteira responsabilidade do seu autor, o que garante total liberdade de expressão ao jornalista.
- 54 Como a CLDF é a instituição onde se realiza o embate democrático de todas as correntes ideológicas que compõem o espectro político do DF, todos os fatos que nela ocorrem devem ser enquadrados na categoria de notícia.
- 55 A reportagem sobre a aprovação de determinado projeto de lei deve incluir claramente o posicionamento do jornalista, visto que as informações objetivas são veiculadas em box de apoio.

Acerca das técnicas de redação jornalística, julgue os itens que se seguem.

- 56 A pirâmide invertida, quando aplicada ao texto de uma matéria cujo objetivo seja o relato da aprovação de um projeto de lei pela CLDF, deve começar, a título de contextualização, pela história do projeto e, somente no final do texto, revelar a sua aprovação.
- 57 Deve-se evitar o nariz-de-cera como modelo de redação introdutória, pois sua prolixidade é incompatível com a objetividade do jornalismo contemporâneo. Em seu lugar, deve-se adotar a fórmula do *lead*.
- 58 A função do *lead* é guiar o leitor e, indiretamente, o próprio jornalista que esteja redigindo a notícia. Se a redação não avança, provavelmente o *lead* não está adequado; do mesmo modo, se a redação do texto não flui, provavelmente também não fluirá a leitura. O mais recomendável, nesse caso, é refazer o *lead*.
- 59 No texto jornalístico, a função do *lead* é apresentar ao leitor a introdução rápida da notícia, razão pela qual é colocado logo abaixo do título da matéria, dado que a função do primeiro parágrafo do texto é de aprofundamento da abordagem.
- 60 Para despertar o interesse do leitor pelo assunto da matéria, o jornalista deve ser suficientemente habilidoso para responder, no *lead*, pelo menos, à metade das seis perguntas possíveis: o quê? quem? quando? como? onde? por quê?

Com relação aos critérios de seleção e edição da notícia, julgue os próximos itens.

- 61** Na edição de uma reportagem para TV, sobre a sessão do plenário da CLDF, deve-se destacar mais a seqüência das imagens do que a gravação sonora, pois, nesse caso, em particular, boas imagens valem mais do que palavras.
- 62** Pelos critérios do *newsmaking*, a *noticiabilidade* do fato está associada ao critério de facilidade de obtenção da informação. Por essa razão, os comitês de imprensa são imprescindíveis para os jornais.
- 63** No jornalismo contemporâneo, a seleção e a edição das notícias seguem padrões objetivos, transparentes e desprovidos de subjetividade, a qual caracterizava o antigo jornalismo opinativo, em que predominavam a interpretação e a opinião sobre os fatos.
- 64** Por sua agilidade, o rádio é o veículo que transmite a informação em primeira mão. Como os aspectos mais importantes da notícia são a instantaneidade e o ineditismo, o jornal impresso tem deixado de selecionar como notícia informações que já foram veiculadas no rádio ou na TV.
- 65** De acordo com as teorias da comunicação, cabe aos *gatekeepers* da imprensa selecionar, entre todas as informações, as que devem ser alçadas à condição de notícia, a partir da percepção do que seja interessante para o público. O processo de seleção também incide sobre o conteúdo da notícia, que pode ser reduzido.

Segundo pesquisas recentes, o rádio, presente em mais de 85% dos lares brasileiros, é ouvido por mais de 99% das pessoas. Com difusão tão ampla, é um dos principais canais de comunicação de massa e seu noticiário deve ser adaptado às características próprias desse veículo e de seus ouvintes. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 66** O espelho de um programa de jornalismo no rádio contém a divisão dos blocos do noticiário, com a seqüência em que as notícias serão apresentadas e os respectivos tempos, além da marcação da entrada dos intervalos comerciais e da duração destes.
- 67** O programa de rádio no formato de mesa-redonda tem o objetivo de realçar o ponto de vista da emissora frente ao grupo de convidados. Nele, o âncora identifica cada um dos convidados, que discorrem sobre determinado tema; no final, à luz do que foi dito, a emissora expressa publicamente o que julga ser mais correto para a sociedade.
- 68** A programação da radiorevista, cujo conteúdo tende a ser mais leve e descontraído, pode incorporar músicas e temas como cultura e lazer.
- 69** O texto jornalístico para rádio deve ser escrito, preferencialmente, na ordem direta e em linguagem coloquial. Para se avaliar a qualidade do texto, recomenda-se a leitura prévia em voz alta.
- 70** O texto de rádio pode ser corrido ou manchetado. No texto corrido, os períodos sucedem-se na lauda; no manchetado, eles são divididos em duas linhas.
- 71** Para se garantir leitura adequada, o texto deve estar pontuado com os sinais que facilitam a respiração e a entonação da voz do locutor ou do âncora. Recomenda-se, nesse caso, o uso da técnica de pontuação espanhola, em que o sinal de interrogação é colocado no início da frase.
- 72** Para fins de controle posterior, é importante que o redator, ao preparar o roteiro da notícia, preencha o cabeçalho da lauda com seu nome, data, retransmissão, fonte e tempo da notícia.

Julgue os itens a seguir, referentes às características da coordenação de equipe no trabalho de rádio.

- 73** O chefe de jornalismo precisa participar da produção do noticiário, discutindo os assuntos e os temas com repórteres e âncoras do programa. Ele pode sugerir pessoas para serem entrevistadas e apresentar novas idéias. É com essa participação diária que o chefe de jornalismo fortalece sua liderança perante o grupo.
- 74** O resultado de um programa é influenciado pelo relacionamento entre o âncora, o produtor e o operador de áudio. Caso esses três profissionais não estejam bem entrosados, o resultado do programa pode ser comprometido.
- 75** O pauteiro é o profissional responsável pela indicação de novas reportagens e assuntos a serem tratados nos noticiários. Em nome da organização interna, é recomendável que os demais profissionais da redação não interfiram nesse trabalho, ou seja, não ofereçam outras indicações de temas e entrevistas.

Com relação à produção de programas jornalísticos radiofônicos, julgue os itens que se seguem.

- 76** As pautas que são passadas para os repórteres devem ser objetivas e diretas. É preciso resistir à tentação de anexar outras informações sobre o tema, para não dirigir a matéria, tendência predominante nas redações depois do surgimento da Internet.
- 77** A equipe de produção deve obter, com antecedência, as devidas autorizações para que o repórter entre em locais públicos e privados. Deve marcar as entrevistas e, principalmente, deve desmarcá-las se, por algum motivo, elas não puderem ser realizadas.
- 78** Na produção de programas jornalísticos, não há limite para o aprofundamento da informação, de modo que uma notícia pode ser desdobrada nos dias seguintes. O único esgotamento a ser considerado é o do próprio assunto.
- 79** A rotatividade da audiência do rádio é grande. Por isso, os programas devem ser repaginados regularmente, com a apresentação de temas e assuntos que atraiam a atenção dos ouvintes.
- 80** Cabe ao produtor, em acordo com o editor do programa, determinar ao operador de áudio que separe trecho relevante de entrevista ao vivo para levá-lo ao ar logo após o seu término. Essa iniciativa chama a atenção do ouvinte e demonstra agilidade do programa.

Acerca das práticas recomendadas para a edição de notícias no rádio, julgue os itens seguintes.

- 81** Uma declaração do presidente da CLDF acerca, por exemplo, do desempenho da Casa em 2005 pode ser usada como *teaser* na abertura e no encerramento de um programa jornalístico.
- 82** Ao se editar um debate parlamentar, o critério tempo não deve ser o único indicador de paridade; a última sonora, por exemplo, por ter maior impacto, deve limitar-se ao rebate da afirmação anterior, sem nova discussão, pois, caso contrário, a outra parte não teria oportunidade de se defender de um possível ataque.
- 83** Na edição de uma notícia no rádio, por não se contar com os apelos da imagem da TV e do texto do jornal, podem ser utilizados recursos sonoros alheios à real condição dos fatos, na busca da maior clareza da informação e da ambientação do ouvinte.
- 84** Ao editar uma entrevista, o editor deve procurar o melhor ponto de corte da fala e estar atento para que a sonora termine com a entonação descendente, pois, caso contrário, o ouvinte terá a sensação de que a fala do entrevistado foi cortada antes de ele completar o pensamento.
- 85** A *cabeça* de uma notícia, uma das principais partes da estrutura da reportagem, desperta a atenção do ouvinte para o restante da notícia. Dessa forma, o editor deve trabalhar em parceria com a equipe de reportagem e repetir na *cabeça* a mesma abertura do repórter, o que garante a unidade e a credibilidade da informação.

Em poucas atividades, a máxima “um por todos e todos por um” é tão válida quanto na gravação de noticiário para televisão. O sucesso dessa atividade decorre do empenho de todos os integrantes da equipe. A respeito da coordenação geral desse processo, julgue os itens que se seguem.

- 86** A formação original de uma equipe de ENG para cobertura externa deve incluir repórter, *cameraman*, operador de externa, iluminador, operador de áudio e motorista. Caso o equipamento seja digital, é preciso, também, que o produtor acompanhe o grupo, pois a pré-edição é feita no momento da gravação.
- 87** É tarefa do produtor cuidar de todos os aspectos que antecedem a elaboração do noticiário: ele precisa assistir aos noticiários das outras emissoras, para estar informado sobre os desdobramentos dos assuntos, ler diariamente os jornais impressos, realizar pesquisas sobre os assuntos a serem tratados ou, mesmo, fazer um *briefing* para os apresentadores.
- 88** Nas locações externas, a produção está isenta de participação. Cabe ao repórter e ao *cameraman* tomar as providências para a gravação, tais como solicitar autorização, se for o caso, listar as seqüências e relacionar as tomadas de cena.
- 89** Contrariando-se as regras de gerenciamento de recursos humanos, o chefe da equipe de redação, no caso da TV, deve pressionar a equipe, até com rigor excessivo, para que os jornalistas cumpram os prazos estabelecidos e aumentem a produtividade.
- 90** A equipe de produção deve acompanhar todas as etapas da realização de um telejornal, ou seja, deve participar, no dia anterior, da reunião de pauta, colaborar com a edição e, também, estar presente no *switcher*.

Em relação à linguagem e à preparação de textos para televisão, julgue os itens subseqüentes.

- 91** Para se evitarem constrangimentos, o texto, na informação televisiva, não deve conter cacófono.
- 92** Uma das palavras proibidas no início da frase em texto televisivo é “Continua”. Se o fato continua, é porque não é novo e, por isso, não chamará a atenção dos espectadores.
- 93** Na redação do texto para televisão, devem ser evitados a superficialidade das frases curtas e o emprego de artigos. O tom coloquial de conversa torna-se mais interessante com a elaboração de frases longas que explicitem de forma completa e complexa a informação transmitida pela imagem.
- 94** Para que a compreensão da informação televisada seja total, a redação precisa manter o tom coloquial, e o texto descritivo deve corresponder exatamente ao que o telespectador está vendo nas imagens.
- 95** O texto televisivo precisa ter ritmo e sonoridade para agradar a quem está ouvindo. Palavras que possuem a mesma terminação, quando reunidas em uma frase, causam efeito sonoro positivo e possibilitam melhor entonação ao apresentador.

O sucesso do noticiário televisivo depende do trabalho de profissionais de diferentes áreas que buscam oferecer ao telespectador a notícia da forma mais clara e organizada possível. Nessa perspectiva, o *script*, importante no dia-a-dia do jornalismo televisivo, deve ser bem elaborado. No que se refere às características do *script* televisivo e aos cuidados necessários à sua produção, julgue os itens que se seguem.

- 96** O *script* deve indicar claramente o tipo de material a ser veiculado (VT, ao vivo, *link*, nota, GC), o assunto, a data, o nome do redator e o tempo total da notícia.
- 97** Ao marcar a entrada de um VT na notícia, o *script* não pode deixar de incluir o tempo de gravação e a *deixa*, para serem evitadas possíveis falhas técnicas.
- 98** A escalada e as passagens de bloco, produzidas pelo editor-chefe, incorporam diretamente o espelho do noticiário e dispensam a necessidade de *script* próprio, pois são momentos rápidos que não demandam o detalhamento rigoroso do roteiro.
- 99** No preenchimento do *script*, deve-se obedecer a algumas regras básicas, como, por exemplo: nunca se separarem sílabas de uma linha para outra; escreverem-se os números por extenso, para não influenciar na contagem do tempo da notícia; não se deixar frase inacabada ao final da lauda.
- 100** A lauda do *script* é dividida em colunas, sendo o lado direito da coluna reservado para o texto do apresentador, e o esquerdo, para informações e marcações técnicas.

Como forma de proteção da sociedade frente ao poder dos veículos de comunicação, a Lei de Imprensa brasileira prevê penas para casos de abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação. A respeito desse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 101** O fato de uma possível calúnia ter sido lançada contra um político por meio da fala de um entrevistado e não pelo órgão de imprensa diretamente não exime de pena aquele que, sabendo da falsidade, reproduz a publicação ou transmissão dessa fala.
- 102** Para exercer seu direito de resposta, ou seja, ter publicada a retificação da notícia, em mesmo local, com o mesmo espaço e tamanho de letra, a vítima de calúnia deve aguardar o final de ação civil ou penal que tenha movido contra o órgão de imprensa.
- 103** Críticas a atos e decisões do Poder Executivo e de seus agentes bem como comentários motivados pelo interesse público não são considerados abusos no exercício da liberdade de expressão.

A base ética da prática do jornalismo brasileiro está inscrita, principalmente, no Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, que estabelece parâmetros para a atuação das emissoras, e no Código de Ética dos Jornalistas, que fixa os limites de ação para esses profissionais. Considerando os preceitos desses dois códigos, julgue os próximos itens.

- 104** Mesmo em programas jornalísticos, as emissoras devem utilizar seus próprios critérios de seleção de imagens para evitar que sejam transmitidas cenas que possam agredir a sensibilidade do público.
- 105** A publicidade comercial, um dos principais pilares da liberdade de informação na sociedade capitalista, não pode ser censurada ou ter sua veiculação negada pelas emissoras de radiodifusão, uma vez que a responsabilidade pelo conteúdo veiculado é dos anunciantes, produtores e agências de propaganda.
- 106** A respeito da programação veiculada, as emissoras devem comprometer-se a transmitir entretenimento do melhor nível artístico e moral, seja o de sua produção, seja o adquirido de terceiros, visto que a radiodifusão é um meio popular e acessível à quase totalidade dos lares brasileiros.
- 107** Ao considerar que a independência da radiodifusão deve-se à livre iniciativa e à concorrência, sustentadas pela publicidade comercial, o Código de Ética da Radiodifusão aceita como legítimas as iniciativas públicas e estatais na área, desde que estas também sejam financiadas por meio da publicidade comercial.
- 108** Ao contrário do profissional de jornalismo, as emissoras de radiodifusão estão desobrigadas de manter o acordo de sigilo da fonte, firmado em ato de confiança entre a fonte da notícia e o repórter.
- 109** A autocensura é considerada pelo Código de Ética dos Jornalistas uma afronta à sociedade sob o argumento de que o acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, não podendo ser impedido por nenhum tipo de interesse.
- 110** O jornalista pode submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação, desde que o órgão de imprensa se responsabilize judicialmente, em caso de ação civil ou criminal.

A assessoria de comunicação de uma instituição legislativa decidiu disponibilizar um sítio na Internet com documentos legislativos para consulta. Entre esses documentos estão leis aprovadas, projetos de lei, Diário Oficial da casa, anais das diversas comissões, e grande quantidade de textos que, em sua maioria, são extensos. O objetivo do sítio é facilitar o acesso à informação e aproximar a comunidade do parlamento, permitindo crescimento de cidadania. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 111** Considere que fotografias de sessões plenárias e de personalidades da citada casa legislativa devam ser publicadas no mencionado sítio de Internet. Nesse caso, é recomendado que as imagens estejam com baixa resolução e em formato de arquivo JPG para, respectivamente, facilitarem o rápido carregamento das páginas e permitirem a visualização de milhões de tonalidades.
- 112** Considere que se deseje aplicar, nas páginas do citado sítio, ilustração animada. Nesse caso, a ilustração poderia estar em formato GIF, ou seja, composta de imagens *bitmap*, ou desenvolvida em Flash, que permite a composição de imagens vetoriais ou *bitmap*.
- 113** Tendo em vista os objetivos e a natureza do sítio da organização citada, seria recomendável a disponibilização de terminais em diferentes pontos da cidade de modo a permitir que os cidadãos com dificuldades sensoriais e funcionais também tenham acesso à informação.
- 114** É recomendável que esse sítio possua organização, nomeação e estrutura de navegação planejada para evitar que o usuário acesse intuitivamente seu conteúdo.
- 115** Esse sítio poderia ser estruturado e desenvolvido segundo conceitos de *intranet*, já que visa organização e distribuição de informações.
- 116** O conteúdo de informação a ser disponibilizada no referido sítio deve ser agrupado em unidades lógicas. A partir desses agrupamentos devidamente nomeados, é que se definirá a navegação.
- 117** Um dos aspectos que favorecem compreender a organização da informação do sítio é o seu caráter de consistência, que resulta da variação da aparência dos elementos gráficos nas páginas, desde que suas funções não se alterem.
- 118** Os documentos a serem disponibilizados no sítio em apreço devem fazer parte de um banco de dados e devem ser acessados pelos usuários por meio de ferramentas de pesquisa.
- 119** Caso o usuário deseje imprimir apenas o documento consultado nesse sítio, poderá fazê-lo sem problemas clicando o botão Imprimir de seu *web browser*.
- 120** As cores do fundo e dos textos devem ser definidas usando-se os padrões JPEG ou GIF para permitir que as páginas sejam visualizadas em diferentes navegadores sem alterações de tonalidades.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Com previsão de entrega para o mês de fevereiro, o relatório final da CPI da Saúde promete mobilizar a atenção da sociedade, que aguarda pelos resultados das investigações promovidas pela Câmara Distrital ao longo de quase todo o ano passado. Até o início de dezembro, tinham sido realizados 1.372 pedidos de informação, 194 oitivas, 16 diligências, 20 perícias, 27 reuniões ordinárias e 15 extraordinárias. Tudo isto para tentar esclarecer melhor as relações suspeitas entre a Secretaria de Saúde e hospitais particulares no Distrito Federal.

Folha de S.Paulo, 15/12/2005 (com adaptações).

Considerando o grande interesse jornalístico a respeito do relatório acima mencionado, e que será de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Social sua divulgação, redija um texto que contemple o planejamento das principais ações para a divulgação desse material à imprensa, incluindo, necessariamente, os seguintes tópicos:

- ▶ descreva a estratégia a ser adotada para a divulgação do Relatório, de acordo com especificidades de cada tipo de mídia — televisão, rádio e imprensa escrita;
- ▶ indique qual a melhor forma de acesso dos jornalistas ao relator da CPI: entrevista coletiva ou individual. Justifique sua escolha e descreva as providências necessárias para garantir que a entrevista ocorra com sucesso;
- ▶ descreva o *press-kit* com detalhamento do material disponível;
- ▶ elabore a pauta que será enviada aos jornalistas na divulgação do relatório. Nela, restrinja-se aos tópicos a serem abordados junto à imprensa e seus principais enfoques.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	